

Anexo III

1- Título da Prática:

Adolescência Viva em Ação

2- Tempo de Implementação:

Um ano

3- Identificação dos setores e parceiros, se houver, de novos arranjos institucionais:

FIA – TCE-RJ – CMA - ASTCERJ

4- Relato da prática: contextualização, retrospectiva, situação problema, processo de melhoria.

A discussão de práticas institucionais não inclusivas deve focar nos eixos da organização histórica, social e política da sociedade brasileira, pois só a partir deste entendimento que poderá se vislumbrar mudanças efetivas. Os importantes avanços produzidos pela democratização da sociedade, em muito alavancada pelos movimentos sociais, apontam a emergência da construção de espaços sociais menos excludentes e de alternativas para o convívio na diversidade.

Entretanto a inclusão social só passa a ser uma preocupação, quando nos damos conta do quanto as instituições foram criadas para reger o convívio entre as pessoas e o quanto tendem a reforçar a discriminação e a criar territórios que classificam e hierarquizam os cidadãos justamente a partir de suas diferenças.

Nesse contexto as instituições governamentais historicamente, não se constituem de maneira diferente. Porém como território institucional expressivo, sofrem pressões para acompanhar os novos tempos e a lidar melhor com a diversidade da sociedade contemporânea de forma geral, em especial a um público jovem “aprendizes de cidadania” que, para exercê-la, querem mais que o mero direito de expressão, pois trata-se de um público cheio de especificidades que, se não forem respeitadas, acolhidas e atendidas em suas diferenças jamais farão dos espaços públicos um dos possíveis espaços em que o exercício de uma política inclusiva contribua com a construção de uma sociedade mais justa.

Desta forma há alguns anos o TCE/RJ vem apoiando o Projeto Jovens Aprendizes, em parceria com a Fundação da Infância e Adolescência-FIA, cujo objetivo e a soma dos esforços de ambas as partes, não só contribuem para a formação de adolescente na condição de aprendizes, conforme estabelece a 1ª cláusula do convenio de cooperação, como os fortaleça enquanto sujeitos sociais capazes de compreender e construir sua própria história.

Este programa foi criado pela portaria FIA nº 03 de 13 de abril de 1998¹. No TCE-RJ, o projeto vinha sendo desenvolvido, entre outros setores, pela psicologia e a Escola de Contas. A proposta desde o início se pauta não só pelo acolhimento, como o oferecimento de espaços para que os jovens estagiários possam refletir sobre sua própria vida, na tentativa de possibilitá-los a transformar alguns valores historicamente arraigados, como contribuir na diminuição da vulnerabilidade social.

Lançando mão de leituras de textos de jornais, leituras de livros, oferecendo informações sobre doença física e mental, ou qualquer outro assunto que queiram discutir e sejam pertinentes ao momento do grupo. Desta forma viemos agindo ao longo da permanência do projeto Jovens Aprendizes – FIA/TCE -RJ.

Atualmente, mais precisamente a partir do mês de junho de 2018, através da parceria psicologia/serviço social na CMA e com apoio da ASTCERJ, estamos desenvolvendo o Projeto “Adolescência Viva em Ação”. Este projeto tem como formato metodológico, a realização de palestras mensais e rodas de conversa, com fim de potencializar nos adolescentes suas subjetividades e capacidades de fazer uso do pensamento crítico, levando-os a refletir sobre eles mesmos e sobre todo o contexto histórico-social que constituiu sua existência. Mostra-los através da prática, do diálogo e da reflexão como projetar no outro e no social suas necessidades, assim como desenvolver consciência a cerca de seus direitos para obterem mais autonomia no mundo e adquirirem uma vivência mais criativa, menos empobrecida e com maior empoderamento. Segundo Berth em seu livro *O que é Empoderamento? “O empoderamento que seguimos no presente trabalho não visa retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, mas sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade. Empoderar dentro das premissas sugeridas é, antes de mais nada, pensar em caminhos de reconstrução das bases sócio-políticas, rompendo concomitantemente com o que esta posto entendendo ser esta a formação de todas vertentes opressoras que temos visto ao longo da história”.* (pág.16)

As palestras mensais são voltadas para temáticas de cunho social e que digam respeito ao cotidiano desses jovens, que são em sua grande maioria negra, moradores de áreas de risco, advindos de famílias de baixíssima renda, em grande parte chefiada por mulheres, são alunos da rede pública formal e estão na faixa etária entre 15 e 18 anos. Desta forma, elegemos os seguintes temas:

Racismo, Direitos Humanos, Diversidade, Drogas – Encarceramento de massa e Redes Sociais.

São convidados profissionais e especialistas ligados aos Movimentos: Negro, LGBT, Direitos Humanos, entre outros para desenvolverem as palestras propostas. Sendo assim teremos 5 palestras que se distribuirão ao longo dos meses que seguem 2018 e uma roda de conversa por semana, com 2 grupos de jovens, para aprofundarmos as discussões relativas a cada tema.

¹ “A lei foi 8069/9- dispõe sobre o direito do adolescente à profissionalização e à proteção no trabalho e define trabalho educativo como ‘atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.”

Nosso objetivo é também registrar esta ação em um documento ou livro para que permaneça nos anais do TCE/RJ.

Desta forma esperamos, não só contribuir na diminuição da vulnerabilidade desses jovens, como fortalecer os vínculos familiares, culturais e comunitários, além de sensibilizar os servidores desta Corte, a cerca da inclusão, justiça e responsabilidade social, para a conquista de um país mais justo e sustentável.

5- Resultados Obtidos

1. 70% de frequência dos jovens nas palestras
2. 65% de frequência nas rodas de conversa
3. 80% de participação nos debates
4. 40% de retorno das atividades propostas para realização em casa.

6- Impactos alcançados

1. Maior interesse no trabalho junto ao setor
2. Melhor interação com os tutores e com o espaço de trabalho

7- Possibilidade de Replicação:

Este projeto vem sendo replicado de dois em dois anos, com a entrada de novos Jovens e de acordo com a demanda que percebemos neles, ou seja, as ações variam conforme o perfil de cada grupo.

Não pensamos na replicação deste projeto para além do Tribunal, mas nada impede de que seja replicado em outras instituições, que acolham a proposta.

8- Outros pontos a serem considerados. ADOLESCÊNCIA VIVA EM AÇÃO/FAMÍLIA

Entendemos ser fundamental o desdobramento do projeto Adolescência Viva em Ação, ou seja, precisamos avançar um pouco mais, almejando considerar a totalidade das relações e dinâmicas que perpassam a vida familiar. Neste desdobramento enfocaremos a participação da Família dos jovens atendidos, assim como prevê a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ou seja, a centralidade da família na política de Assistência Social, que estabeleceu a matricialidade sociofamiliar como um dos seus eixos estruturantes.

Segundo, Celia Regina Miotto,

“ Considera-se a família, independente dos modelos que assume, como um espaço privilegiado na história da humanidade onde aprendemos a ser e a conviver, também que as transformações da família estão intrinsecamente e dialeticamente condicionadas as transformações societárias contemporâneas.”

Entendendo a família como um espaço natural de proteção social e a partir das observações realizados pela assistente social, no momento das entrevistas para admissão dos jovens, acreditamos que a extensão ao atendimento as famílias, em especial as mães e pais, será de extrema importância para a complementação do

trabalho aqui proposto, pois as famílias também devem ser amparadas por uma estrutura que lhes garanta esclarecimentos a cerca de seus direitos e compromissos. Desta forma, apostaremos na capacidade da família no que se refere aos cuidados e proteção agregando responsabilidades.

Acreditamos que com o fortalecimento de figuras como pais e/ou mães, daremos um passo muito importante no que tange o atendimento aos jovens estagiários/FIA, pois é a partir do trabalho com a família e com a atuação de seus membros que são desenvolvidos os princípios de protagonismo e conquista da autonomia que tanto buscamos na ação junto aos jovens.

Baseados nos moldes metodológicos aplicados no projeto Adolescência Vivos em Ação, desenvolveremos a Adolescência Viva em Ação em Família, ou seja, serão realizados encontros mensais, com 01h30min de duração, sempre acompanhado pela equipe técnica, que realiza e programa as palestras, dinâmicas e oficinas dirigidas por profissionais com expertise nos temas propostos.

Os objetivos são contribuir para o acesso a informação e a troca de vivência, melhorar a comunicação, as relações cotidianas entre pais e filhos, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, reduzir violência intrafamiliar, orientar quanto aos direitos sociais, e ainda, ver a centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações.

Neste sentido, para realizar o trabalho social com as famílias é necessário focar todos os seus membros e suas demandas, reconhecer suas próprias dinâmicas e as repercussões da realidade social, econômica, cultural vivenciadas por elas (SOUZA, 2010, p.02)